



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE AMPÉRE

Rua Presidente Kennedy, 1765; Centro. CEP: 85.640-000
Telefone: (46) 3547-1903 / (46) 3547-2335

**PROCESSO SELETIVO PARA A FUNÇÃO DE CONCILIADOR DOS JUIZADOS
ESPECIAIS CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA PÚBLICA**

EDITAL N. 01/2015

Orientações:

1. Este caderno de provas é composto de 27 (vinte e sete) páginas, com 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, 1 (uma) redação e uma folha de respostas
2. Assinale apenas uma resposta para cada questão de múltipla escolha.
3. A rasura na resposta importará em invalidação da questão, sendo atribuído conceito 0 (zero).
4. As respostas devem ser redigidas à caneta de tinta cor preta ou azul.
5. Não é permitida a consulta a qualquer tipo de material.
6. É proibida a comunicação entre os candidatos durante à aplicação da prova.
7. A interpretação de cada questão é parte integrante do processo seletivo.
8. A redação deverá ser elaborada em letra legível, sob pena de anulação.

BOA SORTE!

Ampére, 26 de julho de 2015

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às questões de números 01 a 06, considere os textos I e II.

Texto I

Este caderno de Jorge de Lima bem que se poderia chamar "as impressões dum homem que esteve no cárcere". E são estes poemas mesmo um canto comovido à terra de que ele esteve segregado. E há neles qualquer coisa das surpresas e dos espantos que sofre um homem que tudo via em névoa, ao sair de uma operação de catarata. As cores como que vivem com outra intensidade.

Tudo isso nos versos de Jorge de Lima está contado com muita força e comoção. Da boa e legítima comoção que é a que vem da simplicidade, que é a que sai das fontes mais preciosas do coração. [...]

É vinda de dentro da terra, da vida sentimental do Nordeste, a maior parte dos poemas desse caderno. Quem os escreveu fez como um desterrado que a saudade conduziu ao retorno. E que voltasse com todos os sentidos atacados de fome. E se encontra o Nordeste por toda a parte em seus poemas. [...] É ainda no caráter puramente regionalista de sua poesia que se distingue o Sr. Jorge de Lima. Porque o seu regionalismo não é um limite à sua emoção e não tem por outra parte o caráter de partido político daquele que rapazes de S. Paulo oferecem ao país com as insistências de anúncios de remédio. O regionalismo do jovem poeta nordestino é a sua emoção mais que a sua ideologia. O Nordeste não vem em sua poesia como um tema ou uma imposição doutrinária, vem como a expressão lírica de um nordestino evocar a sua terra.

(Nota preliminar a Poemas escolhidos. REGO, José Lins do. *in*: LIMA, Jorge de. Poesias completas. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1974, vol. I, p. 140-142)

Texto II

Já uma vez me afoitei a sugerir esta ideia: a necessidade de reconhecer-se um movimento distintamente nordestino de renovação das letras, das artes, da cultura brasileira – movimento dos nossos dias que, tendo se confundido com a expansão do muito mais opulento "modernismo" paulista-carioca, teve, entretanto, condições próprias – "ecológicas", poderia dizer-se com algum pedantismo – de formação, aparecimento e vida.

Desse "movimento do Nordeste" pode-se acrescentar que foi uma espécie de parente pobre, capaz de dar ao rico valores já quase despercebidos de outras partes do Brasil e necessitados apenas dos novos estímulos vindos do Sul e do estrangeiro para se integrarem no conjunto de riqueza circulante e viva constituída por elementos genuinamente brasileiros, essenciais ao desenvolvimento da nossa cultura em expressão honesta do nosso ethos, da nossa história e da nossa paisagem e em instrumento de nossas aspirações e tendências sociais como povo tanto quanto possível autônomo e criador. [...]

Experiência brasileira não falta a Jorge de Lima: ele é bem do Nordeste. Não lhe falta o contato com a realidade afronordestina. E há poemas seus em que os nossos olhos, os nossos ouvidos, o nosso olfato, o nosso paladar se juntam para saborear gostos e cheiros de carne de mulata, de massapê, de resina, de muqueca, de maresia, de sargaço; para sentir cores e formas regionais que dão presença e vida, e não apenas encanto literário, às sugestões das palavras: que parecem lhes dar outras condições de vida além da tecnicamente literária. [...]

Jorge de Lima, um dos maiores poetas brasileiros de todos os tempos, [...] põe o estrangeiro que se aproxima da poesia brasileira em contato com uma das nossas maiores riquezas: a interpretação de culturas, entre nós tão livre, ao lado do cruzamento de raças. Dois processos através dos quais o Brasil vai-se adoçando numa das comunidades mais genuinamente democráticas e cristãs do nosso tempo.

(Nota preliminar a Poemas negros. FREYRE, Gilberto in: LIMA, Jorge de. Poesias completas. Rio de Janeiro: José Aguilar Editora, 1974, v. I, p. 157 e 158)

01. Nos Textos I e II os autores

- (A) se opõem na apresentação de justificativas para a avaliação da obra de um poeta conterrâneo, ao apontar tendências que se diferenciam na composição dessa mesma obra.
- (B) se propõem a analisar algumas tendências de um poeta alagoano voltado para sua terra, cujas tradições são abordadas liricamente, com emoção e sensibilidade.
- (C) discutem aspectos importantes da obra de Jorge de Lima, voltado bem mais para a técnica da composição, com versos criados com perícia, segundo as normas da arte poética.
- (D) apresentam algumas ressalvas à escolha de temas abordados na obra de um poeta alagoano, embora reconheçam sua perícia na construção dos versos de rigor métrico.
- (E) aceitam a interferência de influências estrangeiras na obra de alguns poetas nordestinos, por sua importância no desenvolvimento de uma poesia de caráter regional.

02. Fica evidente, nos Textos I e II,

- (A) a aceitação de que o regionalismo, seja do Sul, seja do Nordeste, deve ser visto como a verdadeira expressão dos valores brasileiros, especialmente se transmitido em forma de poesia.
- (B) a crítica ao modo de composição poética de correntes literárias do Sul em comparação com a obra de autores nordestinos, que valorizam a simplicidade e a ligação com elementos regionais.
- (C) a contestação a certas influências recebidas por alguns poetas nordestinos, vindas de outras regiões do país, por desconsiderarem as tradições regionais e os costumes populares.

(D) o respeito à contribuição de poetas de outras regiões, especialmente os do Sul, no sentido de que a poesia seja o espelho da realidade brasileira, com suas particularidades regionais.

(E) a orientação a novos autores, especialmente aos nordestinos, na defesa de temas regionais a serem abordados em sua obra, a partir de considerações sobre um poeta alagoano.

03. “O Nordeste não vem em sua poesia como um tema ou uma imposição doutrinária...” (Texto I, 3º parágrafo).

Nos segmentos transcritos do Texto I, o verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

(A) ... *fez como um desterrado*...

(B) ... *"as impressões dum homem que esteve no cárcere"*.

(C) ... *que tudo via em névoa*...

(D) ... *a que sai das fontes mais preciosas do coração*.

(E) *E que voltasse com todos os sentidos atacados de fome*.

04. “E são estes poemas mesmo um canto comovido à terra de que ele esteve segregado” (Texto I, 1º parágrafo).

A expressão grifada acima deverá preencher corretamente a lacuna existente em:

(A) Na época o poeta esteve preso a regras, seus versos perderam muito em emoção lírica.

(B) O artificialismo se prendem alguns poetas compromete a sincera expressão de seus sentimentos.

(C) A obra se fala contém versos que demonstram o verdadeiro lirismo de seu autor.

(D) Os estímulos um poeta compõe sua obra se originam na realidade vivida e transformada por ele.

(E) Despertam emoção aqueles versos traduzem a sensibilidade de um reconhecido poeta.

05. “...em contato com uma das nossas maiores riquezas: a interpretação de culturas, entre nós tão livre...”.

O segmento introduzido pelos dois-pontos, no final do Texto II, tem sentido

(A) opinativo, ao introduzir citação de interlocutor especialista no assunto desenvolvido.

(B) conclusivo, por condensar a ideia defendida no desenvolvimento textual.

(C) restritivo, pois impõe um limite à expressão que surge anteriormente a ele.

- (D) explicativo, ao especificar o sentido da expressão que o antecede.
- (E) enumerativo, porque há nele exposição de alguns itens transcritos da obra sob análise.

06. Nas frases transcritas do Texto II, o verbo que deverá permanecer no singular, mesmo com a substituição do segmento grifado pela proposta entre parênteses, está em:

- (A) “... o estrangeiro que se aproxima da poesia brasileira...” (os sentidos do estrangeiro)
- (B) “Não lhe falta o contato com a realidade afro-nordestina...” (os valores da vivência)
- (C) “...movimento dos nossos dias que (...) teve, entretanto, condições próprias...” (tendências de composição poética)
- (D) “... que foi uma espécie de parente pobre...” (manifestações de parente pobre)
- (E) “Experiência brasileira não falta a Jorge de Lima ...” (Vivências da realidade brasileira)

Considere o texto abaixo para responder às questões de números 07 a 10.

Escola de bem-te-vis

Muita gente já não acredita que existam pássaros, a não ser em gravuras ou empalhados nos museus – o que é perfeitamente natural, dado o novo aspecto da terra, que, em lugar de árvores, produz com mais abundância blocos de cimento armado. Mas ainda há pássaros, sim. Existem tantos, ao redor da minha casa, que até agora não tive (nem creio que venha a ter) tempo de saber seus nomes, conhecer suas cores, entender sua linguagem. Porque evidentemente os pássaros falam. Há muitos, muitos anos, no meu primeiro livro de inglês, se lia: “Dizem que o sultão Mamude entendia a linguagem dos pássaros ...”

Quando ouço um gorjeio nestas mangueiras e ciprestes, logo penso no sultão e nessa linguagem que ele entendia. Fico atenta, mas não consigo traduzir nada. No entanto, bem sei que os pássaros estão conversando.

O papagaio e a arara, esses aprendem o que lhes ensinam, e falam como doutores. E há o bem-te-vi, que fala português de nascença, mas infelizmente só diz o próprio nome, decerto sem saber que assim se chama. [...]

Os pais e professores desses passarinhos devem ensinar-lhes muitas coisas: a discernir um homem de uma sombra, as sementes e frutas, os pássaros amigos e inimigos, os gatos – ah! principalmente os gatos ... Mas essa instrução parece que é toda prática e silenciosa, quase sigilosa: uma espécie de iniciação. Quanto a ensino oral, parece que é mesmo só: “Bem-te-vi! Bem-te-vi!”, que uns dizem com voz rouca, outros com voz suave, e os garotinhos ainda meio hesitantes, sem fôlego para as três sílabas.

(MEIRELES, Cecília. O que se diz e o que se entende. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 95-96)

07. Infere-se corretamente do texto

- (A) confiança na preservação de algumas espécies de aves, especialmente aquelas que já se encontram adaptadas às diferentes situações de perigo existentes em núcleos urbanos.
- (B) valorização das facilidades da vida urbana, mesmo que esta implique diminuição na variedade de espécies de aves, com predomínio de somente algumas delas.
- (C) crítica à destruição do meio ambiente, mediante referência ao aumento de construções, simbolizadas nos blocos de cimento armado, em substituição aos elementos da natureza.
- (D) preocupação quanto ao fato de que seja possível encontrar pássaros em uma cidade e de que eles consigam sobreviver em razão das condições desfavoráveis da vida urbana.
- (E) curiosidade em relação aos hábitos de certas aves, principalmente no ambiente urbano, que lhes dificulta conhecimentos necessários à sua sobrevivência.

08. De acordo com o texto, a afirmativa correta é:

- (A) O último parágrafo aborda uma *instrução toda prática e silenciosa*, de modo semelhante ao que ocorre costumeiramente, ou seja, as gerações mais velhas são incumbidas de transmitir conhecimentos úteis aos mais novos.
- (B) No 3º parágrafo, a referência ao papagaio e à arara, que *falam como doutores*, vem reforçar a noção de que essas duas espécies, como representantes da fauna brasileira, são superiores aos simples bem-te-vis, pássaros bastante comuns nas cidades.
- (C) A forma como a autora reproduz, no 1º parágrafo, o que constava do livro de inglês – *Dizem que o sultão Mamude* –, não deixa dúvida de que, segundo a narrativa, esse sultão realmente conseguia entender a linguagem dos pássaros.
- (D) No 2º parágrafo, é possível perceber que a autora também consegue, com atenção e algum esforço, comunicar-se com os pássaros que costuma observar, principalmente com os bem-te-vis, porque falam *português de nascença*.
- (E) A autora confessa, no 1º parágrafo, que não tem interesse nem tempo suficiente para observar os pássaros que eventualmente aparecem em sua casa, *nem saber seus nomes, conhecer suas cores, entender sua linguagem*.

09. “– ah! principalmente os gatos ...” (4º parágrafo)

Explica-se o sentido do segmento transcrito acima como uma

- (A) dúvida súbita, relacionada ao senso comum.
- (B) observação de caráter imediatista.
- (C) preocupação quanto à exatidão do que se afirma.
- (D) lembrança inusitada, embora necessária.

(E) reflexão com base em conhecimento geral.

10. “(nem creio que venha a ter)”

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o sublinhado acima está em:

- (A) ... *que existam pássaros* ...
- (B) ... *que ele entendia* ...
- (C) ... *o que lhes ensinam* ...
- (D) ... *que assim se chama*.
- (E) ... *que uns dizem com voz rouca* ...

JUIZADOS ESPECIAIS

11. Bruno ajuizou demanda no juizado especial cível contra seu vizinho, Paulo, pretendendo obrigá-lo a dividir os custos do muro que construiu para separar as propriedades. Nenhuma das partes foi assistida por advogado na elaboração da inicial e da defesa, nem durante as audiências. O pedido foi julgado procedente. Paulo, inconformado, protocolou recurso inominado no décimo quinto dia depois de sua regular intimação sobre a sentença. Com base na situação hipotética descrita, assinale a opção correta.

- (A) Não há que se falar em pagamento de preparo recursal, pois no juizado especial não há pagamento de custas.
- (B) Para proceder à interposição do recurso, foi necessário que Paulo constituísse advogado.
- (C) O recurso deve ser recebido no duplo efeito legal.
- (D) O valor da causa pode ser de até quarenta salários mínimos, no caso.
- (E) O recurso é tempestivo, mas será considerado deserto se o preparo não tiver sido pago.

12. Mariana, médica, propôs oralmente uma ação de indenização perante o Juizado Especial Civil de seu domicílio, sem advogado, postulando a condenação da Empresa Z ao pagamento de 30 salários-mínimos pelos danos extrapatrimoniais sofridos. Essa causa não pode ser julgada no mérito, pois a demanda:

- (A) não pode ser proposta oralmente;
- (B) deve ser proposta no domicílio do réu;
- (C) não pode ser proposta sem assistência de um advogado;

- (D) deve ser proposta em face de pessoas naturais;
- (E) deve se limitar à indenização por danos materiais.

13. Considerando-se o âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a afirmação correta.

- (A) Das decisões das Turmas Recursais caberá recurso de apelação para o Tribunal de Justiça, com pedido de uniformização, se houver divergência com o entendimento de Câmara do Tribunal.
- (B) Das decisões do Conciliador caberá recurso ordinário para as Turmas Recursais, sendo incabível qualquer recurso de despacho voltado ao impulso processual.
- (C) Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei quando houver divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais sobre questões de direito material.
- (D) A divergência ensejadora de recurso extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal deverá ser demonstrada com base nas Súmulas das Turmas Recursais dos diferentes Estados.
- (E) Nos mandados de segurança impetrados junto aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, caberá recurso ordinário.

14. No âmbito do Juizado Especial Criminal, no que se refere à transação e à conciliação, assinale a afirmação INCORRETA.

- (A) O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, acarretará em renúncia ao direito de queixa, nos casos de ação penal privada.
- (B) O acordo entre as partes, quando homologado pelo Juiz, impede o oferecimento de denúncia contra o autor do fato, nos casos de ação penal pública condicionada.
- (C) Quando não for possível o acordo entre as partes, o Ministério Público deverá oferecer denúncia contra o autor do fato.
- (D) Quando fracassada a tentativa de acordo entre as partes, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a serem especificadas na proposta, nos casos em que o autor do fato preencher os requisitos legais para tanto.
- (E) Quando os antecedentes, a conduta social, a personalidade do agente, os motivos e as circunstâncias do crime indicarem não ser suficiente a proposta de transação, o Ministério Público poderá deixar de propô-la.

15. Com relação ao instituto da transação penal previsto na Lei 9.099/1995, assinale a afirmação correta.

- (A) A transação penal não poderá ser proposta pelo Ministério Público nos casos de infrações penais praticadas com violência ou grave ameaça à pessoa.

(B) Não ações penais públicas, não é permitida ao autor do fato a possibilidade de recusa da transação penal, por se tratar de proposta do Ministério Público, titular da ação.

(C) A transação penal poderá ser proposta pelo Ministério Público quando não for caso de arquivamento, desde que haja representação ou se trate de crime de ação penal pública incondicionada.

(D) Independentemente do tipo de ação penal, a transação penal deverá ser sempre proposta pelo Ministério Público.

(E) O autor do fato poderá aceitar a proposta de transação penal sem a assistência de advogado ou de defensor.

16. Considere os princípios abaixo, aplicáveis à atuação de Conciliadores e Mediadores Judiciais.

I - Confidencialidade – Dever de manter sigilo sobre todas as informações obtidas na sessão, salvo autorização expressa das partes, violação à ordem pública ou às leis vigentes, não podendo ser testemunha do caso, nem atuar como advogado dos envolvidos, em qualquer hipótese.

II - Imparcialidade – Dever de agir com ausência de favoritismo, preferência ou preconceito, assegurando que valores e conceitos pessoais não interfiram no resultado do trabalho, compreendendo a realidade dos envolvidos no conflito e jamais aceitando qualquer espécie de favor ou presente, salvo de pequeno valor.

III - Neutralidade – Dever de manter equidistância das partes, respeitando seus pontos de vista, com atribuição de igual valor a cada uma delas.

Quais estão de acordo com o Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais, Anexo III da Resolução n.º 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça?

(A) Apenas I.

(B) Apenas II.

(C) Apenas III.

(D) Apenas I e III.

(E) I, II e III

17. Conforme a Lei n.º 9.099/1995, o processo orientar-se-á pelos critérios de

(A) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, quando possível.

(B) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação.

(C) oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando sempre a transação.

(D) oralidade, formalismo, simplicidade e economia processual, buscando sempre a conciliação.

(E) oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, quando possível.

18. Sobre os conciliadores e Juízes Leigos, nos termos da Lei 9.099/95, assinale a opção correta:

(A) Os Juízes leigos são auxiliares da Justiça, recrutados, preferentemente, entre juízes aposentados.

(B) Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante qualquer Juízo, em âmbito nacional, enquanto no desempenho de suas funções.

(C) Os Juízes leigos ficarão impedidos de exercer a advocacia perante qualquer Juízo, em âmbito estadual, enquanto no desempenho de suas funções.

(D) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, preferentemente, entre advogados com mais de cinco anos de experiência.

(E) Os conciliadores são auxiliares da Justiça, recrutados, preferentemente, entre os bacharéis em Direito.

19. Segundo a jurisprudência consolidada das Turmas Recursais do Estado do Paraná:

(A) A simples afirmação da necessidade de realizar prova complexa afasta a competência do Juizado Especial, sem necessidade de serem exauridos os instrumentos de investigação abarcados pela Lei n.º 9.099/95.

(B) Para a validade do ato processual, necessária a intimação conjunta do advogado e da parte

(C) Cabe recurso adesivo e de terceiro prejudicado no âmbito dos Juizados Especiais.

(D) É admissível o acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais desde que comprovada sua qualificação tributária atualizada.

(E) O rito dos Juizados Especiais Cíveis é incompatível com a tutela antecipatória.

20. São enunciados vigentes do Fórum Nacional de Juizados Especiais, EXCETO:

(A) Não é necessária a presença do juiz togado ou leigo na Sessão de Conciliação, nem a do juiz togado na audiência de instrução conduzida por juiz leigo.

(B) A assistência obrigatória prevista no art. 9º da Lei 9.099/1995 tem lugar a partir da fase instrutória, não se aplicando para a formulação do pedido e a sessão de conciliação.

- (C) Até a prolação da sentença é possível declarar a extinção da punibilidade do autor do fato pela renúncia expressa da vítima ao direito de representação ou pela conciliação
- (D) A expressão conciliação prevista no artigo 73 da Lei 9099/95 abrange o acordo civil e a transação penal, podendo a proposta do Ministério Público ser encaminhada pelo conciliador ou pelo juiz leigo, nos termos do artigo 76, § 3º, da mesma Lei
- (E) Não é cabível a designação de audiência de conciliação em execução de título judicial.

NOÇÕES DE DIREITO DO CONSUMIDOR

21. O fornecedor responde pelos vícios dos serviços prestados, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha,

- (A) a reexecução dos serviços, quando cabível e com custo adicional se for o caso.
- (B) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada e com incidência de juros moratórios, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.
- (C) o abatimento proporcional do preço.
- (D) a execução de outro serviço.
- (E) desconto na aquisição de outro serviço do fornecedor.

22. A teor do Código de Defesa do Consumidor, assinale a afirmativa correta:

- (A) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando o juiz verificar, segundo as regras ordinárias de experiências, for verossímil a alegação e for o consumidor hipossuficiente, cumulativamente.
- (B) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- (C) Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviço.
- (D) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, que haja intervindo nas relações de consumo, exceto, quanto às últimas, quando se tratarem de pessoas indetermináveis.
- (E) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

23. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais independe de prova de culpa.
- (B) O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais a época em que foi colocado em circulação.
- (C) O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais, o modo de seu fornecimento.
- (D) O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- (E) O fabricante, o construtor, o produtor ou importador não será responsabilizado quando provar, entre os casos, que não colocou o produto defeituoso no mercado.

24. São direitos básicos do consumidor, EXCETO:

- (A) a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas.
- (B) a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações.
- (C) o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados
- (D) A proteção do pseudônimo adotado para atividades lícitas.
- (E) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

25. São Princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, nos termos da Lei n. 8.078/90, EXCETO:

- (A) educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas à melhoria do mercado de consumo.
- (B) estudo constante das modificações do mercado de consumo.
- (C) incentivo à criação pelos fornecedores de meios eficientes de controle de qualidade e segurança de produtos e serviços, assim como de mecanismos alternativos de solução de conflitos de consumo
- (D) coibição e repressão eficientes de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal e utilização indevida de inventos e criações industriais das marcas e nomes comerciais e signos distintivos, que possam causar prejuízos aos consumidores.

(E) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Luiz, 18 anos de idade, nascido em Ampére, reside em Francisco Beltrão, onde é famoso como cantor de sertanejo universitário, além de admirado, por seu dinamismo, entre os colegas do quartel em que presta o serviço militar obrigatório. Pretende se candidatar a vereador em Ampére. Conforme determina a Constituição Federal, Luiz:

(A) não tem a idade mínima para ser eleito vereador.

(B) deve confirmar, junto ao Ministério da Justiça, sua opção pela nacionalidade brasileira antes da candidatura.

(C) não é elegível por se encontrar conscrito.

(D) deverá cumprir prestação alternativa para substituir eventuais faltas que venha a ter no serviço militar em decorrência de sua campanha eleitoral.

(E) prescinde de filiação partidária para se candidatar.

27. NÃO se encontra arrolado como fundamental pela Constituição Federal o direito:

(A) à informação de interesse geral, a ser prestada pelos órgãos públicos.

(B) à defesa do consumidor, na forma da lei.

(C) ao equilíbrio nas relações contratuais privadas.

(D) à educação.

(E) ao meio ambiente ecologicamente.

28. No que se refere ao regime jurídico-administrativo brasileiro e aos princípios regentes da administração pública, julgue os próximos itens

I - Por força do princípio da legalidade, o administrador público tem sua atuação limitada ao que estabelece a lei, aspecto que o difere do particular, a quem tudo se permite se não houver proibição legal.

II - Em decorrência do princípio da impessoalidade, previsto expressamente na Constituição Federal, a administração pública deve agir sem discriminações, de modo a atender a todos os administrados e não a certos membros em detrimento de outros.

III - O princípio da eficiência está previsto no texto constitucional de forma explícita.

IV - O regime jurídico-administrativo brasileiro está fundamentado em dois princípios dos quais todos os demais decorrem, a saber: o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado e o princípio da indisponibilidade do interesse público.

Estão CORRETAS, somente:

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II, e IV.

29. Em relação aos direitos de nacionalidade, assinale a opção correta considerando o disposto na Constituição Federal.

- (A) Considera-se brasileiro naturalizado o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro e mãe estrangeira, se o pai estiver a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) O Distrito Federal e os municípios poderão ter símbolos próprios.
- (C) Aos portugueses com residência permanente no país, serão atribuídos os direitos inerentes a brasileiro nato.
- (D) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que cometer crime contra a vida do presidente da República.
- (E) É privativo de brasileiro nato o cargo de juiz de direito.

30. A norma definidora de direito fundamental, segundo a qual a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada (Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXIV), pode ser explicada do seguinte modo:

- (A) a lei não pode retroagir em detrimento da segurança jurídica do cidadão.
- (B) a lei ordinária não pode, mas a lei complementar pode prejudicar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
- (C) o princípio da legalidade não se aplica às pessoas jurídicas.
- (D) o princípio da anterioridade da lei penal não se aplica às pessoas jurídicas.
- (E) o Estado Democrático de Direito só admite leis prospectivas.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

31. Em tema de poderes dos administradores públicos, é hipótese de regular emprego do poder de polícia o seguinte caso concreto:

- (A) determinação, pelo poder público municipal, após processo administrativo, de demolição de imóvel construído ilegalmente por particular em área pública;
- (B) lotação e remoção de inspetores da Polícia Civil, de acordo com critérios discricionários relacionados aos índices de criminalidade por região;
- (C) aplicação, após regular processo administrativo disciplinar, da penalidade de demissão a servidor público estadual que praticou crime contra a administração pública;
- (D) fiscalização, lavratura de auto de infração e imposição de multa a estabelecimento comercial, por autoridade incompetente;
- (E) interdição de empresa por alegação de poluição ambiental, ainda que realizada por agente administrativo que agiu com desvio de poder, para atender a seus interesses particulares.

32. André, empresário, ingressou com representação dirigida ao órgão competente da Administração Pública, requerendo a apuração e posterior adoção de providências cabíveis, tendo em vista ilicitudes praticadas por determinado servidor público, causadoras de graves danos não só ao erário como ao próprio autor da representação. A Administração pública recebeu a representação, instaurou o respectivo processo administrativo, porém, impediu que André tivesse acesso aos autos, privando-o de ter ciência das medidas adotadas, sendo que o caso não se enquadra em nenhuma das hipóteses de sigilo previstas em lei. O princípio da Administração pública afrontado é a

- (A) publicidade.
- (B) eficiência.
- (C) isonomia.
- (D) razoabilidade.
- (E) improbidade.

33. Acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- (A) A demonstração da ocorrência do fato administrativo e do dano causado é suficiente para gerar ao Estado a obrigação de indenizar
- (B) Os casos de ilícito omissivo impróprio são equiparáveis aos atos comissivos para efeito de responsabilidade civil do Estado.
- (C) A responsabilidade do agente público, causador do dano a particular, é subjetiva, devendo o Estado, ao ingressar com ação regressiva, comprovar a culpa do agente.
- (D) O Estado é civilmente responsável pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, venham a causar a terceiros, excetuados os casos dos agentes sem vínculo típico de trabalho e dos agentes colaboradores sem remuneração.

(E) Entidade integrante da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica, responderá objetivamente pela reparação de danos a terceiros, com fundamento na teoria do risco administrativo.

34. As autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista são entidades estatais. É correto afirmar quanto a referidas instituições que as

(A) autarquias e empresas públicas integram a Administração pública direta, enquanto que as sociedades de economia mista, por possuírem personalidade de direito privado, integram a Administração pública indireta.

(B) empresas públicas detêm personalidade de direito público e integram a Administração pública indireta, as autarquias, da mesma forma, detêm personalidade jurídica de direito público, mas integram a Administração pública direta.

(C) autarquias detêm personalidade jurídica de direito público, enquanto as empresas públicas e sociedades de economia mista detêm personalidade jurídica de direito privado, integrando, todas elas, a denominada Administração pública indireta.

(D) sociedades de economia mista prestadoras de serviço público integram a Administração pública direta, enquanto as exploradoras de atividade econômica integram a Administração pública indireta.

(E) autarquias, empresas públicas e sociedade de economia mista detêm personalidade jurídica de direito privado, razão pela qual integram a denominada Administração pública indireta.

35. Maurício, agente público, recebeu vantagem econômica, diretamente de Bernardo, para tolerar a exploração de jogo de azar por parte deste último. Nos termos da Lei nº 8.429/92, a conduta de Maurício

(A) constitui ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.

(B) constitui ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.

(C) não constitui ato ímprobo, embora seja conduta criminosa.

(D) constitui ato ímprobo, na modalidade atentatória aos princípios da Administração pública.

(E) não constitui ato ímprobo, mas caracteriza falta funcional passível de punição na seara administrativa.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

36. O crime de peculato está disciplinado no art. 312 do Código Penal. Visa a proteger, dentre outros bens jurídicos, a moralidade administrativa e o patrimônio. Sobre tal delito, é correto afirmar que:

- (A) por ser crime classificado pela doutrina como crime próprio, em hipótese alguma poderá o particular não funcionário público por ele responder.
- (B) exige que a subtração/desvio/apropriação seja de valor, não havendo tipicidade quando for de bem móvel.
- (C) o Código Penal não criminaliza sua modalidade culposa.
- (D) para tipificar, o valor subtraído deverá ser necessariamente público.
- (E) exige que a posse de eventual valor subtraído decorra do cargo, emprego ou função, ou ao menos que haja facilidade decorrente da posição de funcionário público.

37. Cláudio, um técnico judiciário que exercia suas funções junto à Comarca de Ampére, tomou conhecimento que outro funcionário da repartição cometeu infração no exercício de seu cargo. Contudo, sensibilizado pelo fato de que o infrator possuía uma filha de apenas dois meses de idade, deixou de comunicar o fato à autoridade com competência para responsabilização. Nesta situação hipotética, Cláudio:

- (A) não cometeu qualquer crime contra a Administração Pública.
- (B) cometeu crime de condescendência criminosa.
- (C) cometeu crime de prevaricação.
- (D) cometeu crime de abandono de função.
- (E) cometeu crime de concussão.

38. Durante atendimento aos advogados no fórum de Ampére, um servidor concursado que atuava junto ao cartório judicial solicitou a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a um advogado para que deixasse de juntar aos autos uma promoção do Ministério Público em que era solicitada a prisão cautelar do réu de um processo. O patrono se recusou a pagar o valor e comunicou o fato ao juiz em atuação no órgão citado. Considerando apenas os fatos narrados, é possível afirmar que, nesta situação hipotética, a conduta do servidor:

- (A) é atípica, configurando apenas ilícito civil;
- (B) configura crime de corrupção passiva, consumado;
- (C) configura crime de advocacia administrativa, tentado;
- (D) configura crime de corrupção passiva, tentado;
- (E) configura crime de advocacia administrativa, consumado.

39. São infrações penais previstas na Lei de Contravenções Penais (Decreto-lei nº 3.688/41), EXCETO:

- (A) Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios, abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos.
- (B) Estabelecer ou explorar jogo de azar em lugar público ou acessível ao público, mediante o pagamento de entrada ou sem ele.
- (C) Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor.
- (D) Molestar alguém ou lhe perturbar a tranquilidade, por acinte ou por motivo reprovável.
- (E) Mendigar, por ociosidade ou cupidez.

40. Sobre as contravenções penais, é INCORRETO afirmar:

- (A) A pena de prisão simples deverá ser cumprida da mesma forma que às de reclusão ou de detenção.
- (B) Não é punível a tentativa de contravenção
- (C) A lei brasileira só é aplicável à contravenção praticada no território nacional.
- (D) A ação penal é pública.
- (E) Verifica-se a reincidência quando o agente pratica uma contravenção depois de passar em julgado a sentença que o tenha condenado, no Brasil ou no estrangeiro, por qualquer crime, ou, no Brasil, por motivo de contravenção

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

41. No que se refere aos juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- (A) A composição dos danos civis homologada por juiz criminal mediante sentença irrecorrível tem eficácia de título a ser executado no juízo civil competente, acarretando renúncia ao direito de queixa.
- (B) A transação penal consiste em benefício legal que possibilita ao autor do fato parar de responder à ação penal que está em curso no juizado, mediante o cumprimento de algumas condições.
- (C) A intimação é pessoal, devendo ser feita no próprio juizado. Caso o acusado não seja encontrado, contudo, deverá ser feito comunicado por edital, a fim de que o acusado compareça em juízo.
- (D) Define-se infração penal de menor potencial ofensivo como o crime ou a contravenção penal cuja pena máxima não é superior a 1 ano, cumulada ou não com multa.

(E) Após ser comunicado da ocorrência de um crime de menor potencial ofensivo, o delegado deverá instaurar o inquérito policial e, concluída a investigação, deverá remeter o relatório ao juizado competente.

42. Com base no Código de Processo Penal, assinale a opção correta acerca de sentença criminal.

(A) Tratando-se de crimes de ação pública, o juiz não poderá reconhecer, na sentença, agravantes que o Ministério Público não tenha alegado.

(B) O juiz não poderá atribuir definição jurídica diferente da contida na denúncia, em virtude de o titular da ação pública ser o Ministério Público.

(C) Caso a parte julgue que houve injustiça na condenação ou na dosimetria da pena, ela pedirá ao juiz que declare a sentença.

(D) O juiz, ao proferir a sentença condenatória, deverá fixar o valor máximo para a reparação dos danos causados pela infração.

(E) Ao proferir sentença absolutória, o juiz poderá aplicar, se cabível, medida de segurança.

43. Julgue os seguintes itens, relacionados a citações, intimações e prazos:

I - De acordo com o Código de Processo Penal (CPP), como regra geral, os prazos começam a correr da data da intimação, da audiência ou sessão em que for proferida a decisão — se a ela estiver presente a parte a ser intimada — ou do dia em que a parte manifestar nos autos ciência inequívoca da sentença ou do despacho, contando-se com a exclusão do dia inicial e com a inclusão do dia do vencimento.

II - Em se tratando de citação por hora certa, o prazo de dez dias para o réu apresentar resposta à acusação inicia-se na data do ato citatório e, caso o réu citado não o faça, o juiz nomeará defensor para apresentá-la.

III - Tratando-se de oitiva de testemunhas por carta precatória, basta a intimação da expedição da carta, sendo, portanto, desnecessária a intimação da data de audiência no juízo deprecado, inclusive nos casos de réus defendidos por defensor público.

Está(ão) CORRETA(S), somente:

(A) I.

(B) I e II.

(C) II e III.

(D) III.

(E) Todas estão corretas.

44. Acerca dos princípios aplicáveis ao direito processual penal e da aplicação da lei processual no tempo e no espaço, julgue os itens seguintes.

I A extraterritorialidade da lei processual penal brasileira ocorrerá apenas nos crimes perpetrados, ainda que no estrangeiro, contra a vida ou a liberdade do presidente da República e contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de estado, de território e de município.

II A aplicação da lei processual no tempo é regida pelo princípio da imediatidade, com incidência nos processos em andamento, não tendo efeitos retroativos, ainda que norma posterior possa ser mais benéfica ao réu.

III O princípio da presunção de inocência ou da não culpabilidade subsiste durante todo o processo e tem o objetivo de garantir o ônus da prova à acusação até declaração final de responsabilidade por sentença penal condenatória transitada em julgado.

IV É assegurado, de forma expressa, na norma fundamental, o direito de qualquer acusado à plenitude de defesa em toda e qualquer espécie de procedimento criminal.

Está CORRETO o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II, e IV.

45. Sobre o procedimento relativo à infração penal prevista no art. 28 da Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), assinale a INCORRETA:

- (A) Não se imporá prisão em flagrante.
- (B) O agente será submetido a exame de corpo de delito, se o requerer ou se a autoridade de polícia judiciária entender conveniente.
- (C) Ausente a autoridade judicial, deverá a autoridade policial lavrar termo circunstanciado e providenciar as requisições dos exames e perícias necessários.
- (D) As penas previstas para o tipo penal em questão somente poderão ser aplicadas após contraditório judicial, mediante sentença condenatória proferida por juiz togado.
- (E) Aplica-se subsidiariamente as disposições do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46. A respeito do regramento dos atos processuais no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- (A) Se uma parte se recusar a assinar os termos do processo, o escrivão deverá certificar o fato nos autos.
- (B) Considera-se inexistente a petição redigida em versos.
- (C) No curso do processo, o juiz proferirá despacho para decidir as questões incidentes.
- (D) É obrigatória a formação de autos suplementares pelo escrivão, sob pena de perda do cargo.
- (E) Só as partes obterão certidão de atos processuais relacionados a processo que corra em segredo de justiça.

47. No que se refere à coisa julgada e ao processo de execução, julgue os próximos itens:

I - De acordo com o efeito preclusivo da coisa julgada, todas as alegações e defesas que poderiam ser formuladas para o acolhimento ou rejeição do pedido reputam-se deduzidas e repelidas.

II - A coisa julgada formal, também chamada de trânsito em julgado, representa a preclusão máxima em um processo judicial. No que diz respeito.

III Suponha que Victor possua R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) depositados em caderneta de poupança. Nesse caso, segundo o Código de Processo Civil tal quantia pode ser objeto de penhora.

IV Após a penhora, eventual alienação ou oneração do bem é nula de pleno direito.

Está CORRETO o que se afirma SOMENTE em:

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) III e IV.
- (E) I, II, e IV.

48. A respeito do processo de execução, assinale a opção correta.

- (A) Devedor que aliena bem quando réu em processo de execução pratica fraude à execução.
- (B) A competência para o processo de execução fundado em título judicial é absoluta.

(C) O herdeiro não pode ser parte passiva na execução contra o *de cujus*, que deverá ser movida em face do espólio, enquanto não for concluído o inventário.

(D) A desistência da execução depende da concordância do embargante.

(E) Os bens futuros do devedor não responderão pelo cumprimento de suas obrigações.

49. Em determinada ação de cobrança, as partes, de comum acordo, pretendem prorrogar um prazo dilatório, alegando justo motivo. Neste caso, a convenção

(A) é nula, uma vez que tanto os prazos peremptórios como os dilatórios não podem ser prorrogados por convenção das partes.

(B) terá sempre eficácia, independentemente do momento do requerimento, tendo em vista que não se trata de prazo peremptório, devendo o juiz fixar o dia do vencimento do prazo da prorrogação.

(C) só tem eficácia se for requerida antes do vencimento do prazo, sendo o prazo da prorrogação de, no máximo, cinco dias, conforme previsão expressa no Código de Processo Civil brasileiro.

(D) terá sempre eficácia, independentemente do momento do requerimento, tendo em vista que não se trata de prazo peremptório, sendo o prazo da prorrogação de, no máximo, cinco dias, conforme previsão expressa no Código de Processo Civil brasileiro.

(E) só tem eficácia se for requerida antes do vencimento do prazo, devendo o juiz fixar o dia do vencimento do prazo da prorrogação.

50. Considere as seguintes assertivas a respeito da citação:

I. Não se fará a citação aos noivos, salvo para evitar o perecimento do direito, nos sete primeiros dias de bodas, incluindo o dia das núpcias.

II. A citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

III. Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o réu em seu domicílio, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família de que, no dia imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

IV. Para a validade do processo é indispensável a citação inicial do réu. O comparecimento espontâneo do réu supre, entretanto, a falta de citação.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que consta APENAS em:

(A) II, III e IV.

(B) I, II e III.

(C) II e IV.

(D) I, II e IV.

(E) I e IV.

REDAÇÃO

A Importância Dos Juizados Especiais Para a Solução Dos Litígios

Juiz José Eulálio Figueiredo de Almeida

Juiz de Direito Titular do Juizado Especial de Trânsito e Coordenador dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão; Professor de Direito Processual Penal do Curso de Direito da Universidade Federal do Maranhão

O judiciário possui vários portais, mas nenhum deles se compara aos juizados especiais, porque eles representam a "Lâmpada de Aladim" do poder judiciário. Dessa fonte institucional, o gênio benéfico de nossos juízes tem retirado diariamente os provimentos necessários à satisfação daqueles que buscam a justa composição de suas inquietações, à vista de direitos violados.

É equivocado, portanto, tratar os juizados especiais como justiça de segunda classe ou de categoria inferior na medida em que a burocracia judiciária não conseguiu atingir a fórmula procedimental idealizada pela lei para a tramitação dos feitos de sua competência.

De outra parte, o que se pode notar de relevante com o aparecimento dos juizados especiais é a presteza e eficácia das atividades jurisdicionais aí realizadas. Enquanto se protela a prestação jurisdicional, na justiça comum, com a previsão de uma avalanche de incidentes e recursos processuais inseridos na legislação processual, a justiça especializada, regida por lei específica, abandona o apego a tais impugnações e ao formalismo exacerbado, primando pela informalidade, pela simplicidade, pela oralidade, pela economia e pela celeridade processuais.

[...]

O aparecimento dos juizados especiais trouxe, dentre outras coisas, esperanças a inúmeras pessoas que, cansadas de acreditar na prática forense usual, optaram por aquela esfera jurisdicional. O fácil acesso à jurisdição causou, no entanto, um aumento incontrolável de demandas perante tais unidades jurisdicionais motivado, certamente, por uma litigiosidade contida, e antes cerceada, pela barreira intransponível dos trâmites impostos pela legislação processual que rege a justiça comum.

[...]

Muito embora seja sempre lembrado como unidade jurisdicional de categoria inferior ou com jurisdição para pequenas causas, o juizado especial detém, perante nós, grande parcela da prestação jurisdicional por absorver enorme e variada quantidade de demandas que, num passado recente, não recebia o devido acolhimento do judiciário, dentre outras razões, pelo fato de muitos cidadãos não possuírem condições de pagar as custas processuais, assim como os honorários de profissional da advocacia para patrocinar a causa.

[...]

A estrada por onde caminha o magistrado dos juzados especiais é plana, retilínea, diversificada e bem pavimentada. Nela, a elite (jurídica e social) não deseja transitar por abrigo deslocamento rápido e ser desprovida de semáforos e barreiras jurídicas que emperram o rápido andamento dos feitos da justiça comum.

Desse modo, a maioria dos que não desejam uma composição célere busca o sombrio e tortuoso labirinto da justiça comum, que imprime marcha processual lenta por conta de encruzilhadas, quebra-molas e redutores de velocidade derivados dos inúmeros e enfadonhos incidentes que a legislação processual civil sinuosa e escorregadia abriga.

O aquinhoado não tem interesse na rápida solução da lide e, por essa razão, abomina ser demandado perante o juizado especial, onde, por ausência de militância freqüente, certos advogados evitam postular e arriscam a aplicação das mesmas técnicas de defesa da justiça comum, muitas vezes, sem se aperceberem do grave erro em que incorrem.

O certo é que o juizado especial representa a justiça do presente e do futuro, porque entrega a prestação jurisdicional em espaço de tempo razoável, dignificando o trabalho do poder judiciário e primando pela realização da justiça que o jurisdicionado sempre desejou.

[...]

(Disponível em <http://www.fonaje.org.br/site/wp-content/uploads/2013/11/ijesl.pdf>).

Em até 30 (trinta) linhas, desenvolva texto dissertativo a respeito do papel dos Juizados Especiais na busca pela entrega célere da justiça, bem como na solução pacífica dos litígios, abordando os instrumentos que a lei especial prevê para o alcance desses objetivos.

FOLHA DE RESPOSTAS

Assinale aqui as repostas conferidas às questões, sem rasura, sob pena de ser conferido conceito 0 para a questão.

01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
07		18		28		38		48	
08		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	

GABARITO PARA CONFERÊNCIA

Anote aqui as suas respostas para conferência do gabarito após sua divulgação.

Esta folha poderá ser destacada.

01		11		21		31		41	
02		12		22		32		42	
03		13		23		33		43	
04		14		24		34		44	
05		15		25		35		45	
06		16		26		36		46	
07		17		27		37		47	
07		18		28		38		48	
08		19		29		39		49	
10		20		30		40		50	